

Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)¹

Joana Salém Vasconcelos

Formada em História pela Universidade de São Paulo (USP)
Mestra em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP (área de História Econômica)
Leciona nas Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de
Guarulhos.
e-mail: joana.salem@gmail.com

Resumo

Este artigo é parte de uma dissertação de mestrado que investigou as reformas agrárias e estratégias de desenvolvimento da revolução cubana, entre 1958 e 1970. A primeira reforma agrária de Cuba criou duas novas formas de propriedade coletiva: as Cooperativas Canavieiras (mistas) e as Granjas do Povo (estatais). Em setembro de 1962, as Cooperativas se converteram em Granjas. O presente artigo reconstrói a polêmica provocada por tal conversão, aqui nomeada como o “pequeno debate agrário” de 1961 e 1962, já que antecipou alguns elementos do “grande debate econômico cubano” de 1963 e 1964.

Palavras-chave: Cuba; reforma agrária; cooperativas; granjas do povo; debate econômico.

Abstract

Collective property in debate: paths of agrarian revolution in Cuba (1959-1964)

This article is part of a master's thesis, resulted from a research on the Cuban's agrarian reforms and development strategies between 1958 and 1970. The first agrarian reform in Cuba created two new forms of collective property: the sugarcane Cooperatives (mixed) and the *Granjas del Pueblo* (State Farms). In September 1962, the Cooperatives were converted into *Granjas*. This article reconstructs the arguments of the controversy caused by this conversion, named as the “small agrarian debate” of 1961 and 1962 because it anticipated some elements of the Cuban “great economic debate” of 1963 and 1964.

Key-words: Cuba; agrarian reform; cooperatives; *granjas del pueblo*; economic debate.

Resumen

Propiedad colectiva en debate: caminos de la revolución agrária en Cuba (1959-1964)

Este artículo forma parte de una tesis de maestría, fruto de una investigación sobre las reformas agrarias y estrategias de desarrollo de la revolución cubana entre 1958 y 1970. La primera reforma agraria de Cuba creó dos nuevas formas de propiedad colectiva: las Cooperativas Cañeras (mixtas) y las Granjas del Pueblo (estatales). En septiembre de 1962, las Cooperativas se convirtieron en Granjas. En este artículo se reconstruye la argumentación de la polémica provocada por tal conversión, aquí nombrada como el

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada “Acumulação socialista em Cuba: a herança da *plantation* na reforma agrária - 1959 a 1970”, realizada com Bolsa da FAPESP no IE/UNICAMP.

“pequeno debate agrário” de 1961 e 1962, ya que anticipó algunos elementos del “gran debate económico cubano” de 1963 e 1964.

Palabras-clave: Cuba; reforma agraria; cooperativas; granjas del pueblo; debate económico.

Introdução

A primeira lei de reforma agrária de Cuba foi promulgada em 17 de maio de 1959, no contexto de uma ampla revolução social. Suas diretrizes eram as mesmas da Lei nº 3 da Sierra Maestra, anunciada pelo Exército Rebelde em outubro de 1958, em plena guerrilha. As transformações estruturais desencadeadas se sustentavam em quatro eixos: (a) a proibição do latifúndio maior que 30 caballerías (poupando excepcionalmente algumas unidades de alta produtividade que não poderiam passar de 100 caballerías); (b) a redistribuição de parcelas de terra chamadas “mínimo vital”, que consistiam em 2 caballerías para cada família de trabalhadores sem terra composta em média por 5 membros; (c) a abolição da atividade especulativa que enredava arrendamentos e subarrendamentos; (d) e enfim, a punição de proprietários que permanecessem com terras improdutivoas².

Antes da revolução, 46% da superfície dos latifúndios era mantida improdutivo e, usualmente, 20% da plantação canavieira não era colhida (CHONCHOL, 1961, p. 8, 11-12). Além disso, 25% da indústria açucareira cubana também se encontrava ociosa (FURTADO, 1969, p. 349). A subutilização das capacidades produtivas era uma das características mais marcantes da estrutura agrária da ilha antes da revolução, decorrência direta da forte dependência do açúcar cubano em relação às flutuações de preços do mercado mundial e, particularmente, aos circuitos de apostas de Wall Street, que induziam a uma margem especulativa na produção. Este traço se reforçara em 1958, quando o controle de proprietários estadunidenses sobre a economia açucareira cubana atingiu 40% da produção³ (JUCEPLAN apud CEPAL, 1980, p. 14).

Passado um ano, o governo cubano havia expropriado 89.358 caballerías de terra somente pela lei de reforma agrária. Incluídos outros mecanismos de nacionalização e estatização dos recursos produtivos, como a Lei de Recuperação dos Bens Malversados, as Vendas Voluntárias, as doações ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), as Leis de Nacionalização 851 e 890 e a modificação do artigo 24 da Lei Fundamental (que tomava posse de propriedades de cubanos que haviam abandonado a ilha), a superfície expropriada somava 374.071 caballerías, isto é, 55% das terras agrícolas cubanas (CHONCHOL, 1961, p. 28; ACOSTA, 1972b, p. 107).

Apesar de garantir a permanência da propriedade privada até 30 caballerías, o que para muitos países poderia ser considerado uma unidade de grande escala, o grau de concentração fundiária era tal que 85% das terras agrícolas do país faziam parte de alguma propriedade que foi ao menos parcialmente atingida pela lei. Isso porque no início de 1959, três mil pessoas eram proprietárias de 62% da área agrícola total de Cuba (CHONCHOL, 1963, p. 74). Até 12 de junho de 1961, aproximadamente 110 mil caballerías foram distribuídas em pequenas propriedades individuais pelo INRA (CHONCHOL, 1961, p. 28).

As expropriações das unidades pecuárias ocorreram mais rapidamente que as agrícolas, pois os grandes proprietários (*cebadores*) e os médios (*melhoradores*) reagiram às novas medidas paralisando subitamente a compra de gados filhotes criados pelos pequenos proprietários. Isso comprometeu o dinamismo do setor e forçou o governo a antecipar-se como agente comprador dos gados filhotes. Pelas especificidades do setor

² Uma caballería equivale a 13,42 hectares (CHONCHOL, 1961, p. 28). É a unidade referência para medida de superfície em Cuba e será usada como padrão no presente artigo. A lei de reforma agrária foi publicada em Padrino, 1960, p. 47-67.

³ O grupo Rockefeller-Sullivan, por exemplo, comandava, por meio do *The National City Bank*, 18 centrais açucareiras, mais de 35 mil caballerías de terra e quase 80 mil trabalhadores, segundo a enciclopédia das empresas atuantes na ilha em 1958, de Guillermo Jimenez (JIMENEZ, 2000).

pecuário, as unidades se converteram predominantemente em propriedades estatais de administração direta (posteriormente Granjas do Povo). Já as plantações de cana e arroz só foram expropriadas depois da colheita da safra de 1960 e se tornaram predominantemente Cooperativas (CHONCHOL, 1961, p. 26). Sendo assim, a estrutura agrária cubana passou a ser composta por quatro formas de propriedade.

Em primeiro lugar, as Granjas do Povo, que concentravam as melhores parcelas da pecuária sob comando direto do Estado. Em maio de 1961, as Granjas possuíam 24% da superfície da ilha em propriedades.

Em segundo lugar, as Cooperativas, herdeiras das canas de administração e, portanto, das melhores terras⁴. Possuíam caráter misto: eram regulamentadas e dirigidas pelo Estado, podendo simultaneamente obter excedentes privados. No mesmo período, as Cooperativas ocupavam 8% da superfície em propriedades. Granjas e Cooperativas eram formas de propriedade coletiva inéditas no país.

Em terceiro lugar, ampliou-se a superfície das pequenas propriedades privadas de até 5 caballerías, que foram redistribuídas pelo governo. Estes pequenos proprietários estavam representados, desde 17 de maio de 1961, pela Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP), que, ao ser composta pelos beneficiários diretos da reforma agrária, possuía forte afinidade com a revolução (BARRIOS, 1987, p. 20). À época, o setor ocupava 24% da superfície demarcada da ilha.

Em quarto lugar, havia as propriedades privadas entre 5 e 100 caballerías, remanescentes da estrutura agrária anterior. Este setor ainda detinha expressivos 44% da superfície em propriedades (CHONCHOL, 1961, p. 28, 44, 65-66).

O processo de expropriações foi decisivamente influenciado pela declaração do caráter socialista da revolução em 16 de abril de 1961, em seguida à invasão estadunidense de Playa Girón. As finalidades originais da revolução cubana, identificadas com a busca do igualitarismo e da soberania nacional, se converteram em um horizonte de superação das relações capitalistas. Com isso, as novas formas de propriedade agrária em Cuba, Granjas e Cooperativas, foram lançadas no turbilhão dos debates econômicos da transição ao socialismo. A partir de então, dois complexos desafios históricos se entrelaçaram na mesma realidade: superar o subdesenvolvimento e socializar a economia. No impulso da nova estratégia, as Cooperativas foram convertidas em Granjas, em setembro de 1962, por decisão do Congresso Nacional de Cooperativas, com 1.381 votos favoráveis e 3 contrários (FERNANDES, 2007, p. 186).

O fim das Cooperativas Canavieiras foi marcado por um debate. De um lado, os dirigentes cubanos, especialmente Fidel Castro, Carlos Rafael Rodríguez e Ernesto Guevara, acreditavam nos benefícios das Granjas do Povo em relação à forma Cooperativa e estimularam a conversão. De outro lado, três especialistas estrangeiros que estavam na ilha para assessorar a reforma agrária manifestaram críticas às Granjas, argumentando em defesa das Cooperativas: Jacques Chonchol, René Dumont e Michel Gutelman.

O engenheiro agrônomo Jacques Chonchol foi Ministro da Agricultura do Chile durante o governo Salvador Allende, quando dirigiu o processo de reforma agrária de seu país. Uma década antes, em 1961, havia sido convocado pela *Food and Agriculture Organization* (FAO/ONU) para liderar uma missão técnica de assistência a Cuba. Na ocasião, produziu o que é considerado um dos mais completos relatórios sobre a estrutura agrária cubana do período (ver CHONCHOL, 1961, 1963). Chonchol foi entrevistado pela autora em 18 de julho de 2011. Já René Dumont, agrônomo francês, esteve em Cuba para assessorar o processo de reforma agrária no mesmo período de Chonchol, com quem compartilhava algumas opiniões. E Michel Gutelman foi um agrônomo francês da equipe do economista Charles Bettelheim, que esteve na ilha para assessorar o governo revolucionário entre 1961 e 1967. Bettelheim foi muito atuante no “grande debate econômico” cubano

⁴ “Canas de administração” eram os canaviais de propriedade dos *hacendados* (donos das indústrias açucareiras). Na primeira metade do século XX, os *hacendados* passaram a plantar canaviais, tornando-se independentes da matéria prima dos colonos (plantadores de cana). Sobre isso ver PINO-SANTOS, 1983.

sobre a transição ao socialismo ocorrido entre 1963 e 1964, se opondo frontalmente à proposta econômica de Guevara (ver BETTELHEIM, 1982).

Tal controvérsia, que aqui chamamos “pequeno debate agrário” de 1961 e 1962, é precisamente o objeto deste artigo. Assim, faz-se referência ao célebre “grande debate econômico” cubano entre 1963 e 1964. Ambos os debates possuíam elementos em comum, ainda que a polarização tenha ocorrido de maneira bastante distinta em cada um deles. Enquanto o primeiro abordava as formas da propriedade coletiva, opondo Cooperativas a Granjas Estatais, o segundo remetia ao conjunto da economia de transição, opondo o sistema de cálculo econômico defendido por Carlos Rafael Rodríguez ao sistema orçamentário de financiamento de Ernesto Guevara. Fidel Castro atuou no grande debate como uma espécie de árbitro, tendo apoiado ora um, ora outro sistema durante a década de 1960⁵.

Identificamos três eixos fundamentais do “pequeno debate agrário”: a gestão, a escala e o assalariamento estatal. Como pano de fundo estava a dificuldade de definir quais deveriam ser os mecanismos de controle estatal sobre a utilização privada dos excedentes, que melhor coordenassem formas econômicas socializantes com o aumento da produtividade geral do trabalho. O papel dos excedentes privados na transição ao socialismo constitui uma das polêmicas econômicas mais importantes das revoluções do século XX. O núcleo filosófico do problema estava na ordem prioritária da mudança, isto é, se seria preciso desenvolver as forças produtivas por meios capitalistas (com excedente privado) como condição de surgimento de uma nova cultura socialista, ou se, ao contrário, não seria possível fundar esta nova cultura socialista senão a partir do desenvolvimento das forças produtivas alavancado por formas econômicas já socializadas. Vejamos o ponto de partida desta polêmica em Cuba.

O camponês-proletário e a preservação da escala

A principal especificidade da reforma agrária cubana foi a preservação da escala das unidades produtivas. Durante sua execução, o governo revolucionário tomou consciência de que o perfil sociológico e psicológico do camponês cubano era fortemente proletarizado. Isso significava que em Cuba a “fome por terras” era menos intensa que a “fome por salários”, o que permitia que as unidades produtivas não fossem fragmentadas em pequenas propriedades individuais, preservando as vantagens da escala da *plantation* modernizada.

O perfil proletário do campesinato cubano foi identificado por muitos especialistas que se aproximaram da reforma agrária da ilha⁶. Isso porque Cuba, ainda que fosse essencialmente agrária, não era essencialmente camponesa. O cubano José Acosta confirmou: “A produção açucareira determinou o surgimento e desenvolvimento de um proletariado agrícola com um peso relativo majoritário no total da população rural e vinculado à atividade econômica básica do setor agropecuário” (1972a, p. 80-81, tradução do autor).

Antes da revolução, dois terços da superfície agrícola cubana eram trabalhados por “métodos não camponeses” (RODRÍGUEZ, 1966, p. 25). Segundo censo de 1952, 63% dos trabalhadores agrícolas eram assalariados (MANITZAS, 1978, p. 23). Somava-se a isto uma insegurança histórica do camponês cubano em relação à propriedade individual da terra. Ao longo de um século, os camponeses foram desalojados e deslocados para as fronteiras agrícolas pouco férteis, perdendo suas casas e plantações, sem condições objetivas de resistência. A expansão agrícola dos latifundiários e companhias estrangeiras desde meados do século XIX se agravou com o surgimento da Guarda Rural em 1898, que

⁵ Para ver os artigos do grande debate: GUEVARA, 1982, 2006 e RODRÍGUEZ, 1963a, 1963b. Uma recomposição histórica pode ser consultada em PERICÁS, 2004.

⁶ Chonchol sustentou em entrevista: “a maior parte dos trabalhadores canavieiros não tinha uma mentalidade de agricultor, mas sim uma mentalidade de proletário. Então, era fácil passar de uma empresa de proletários capitalistas a uma de proletários socialistas” (CHONCHOL, 2011, informação verbal, tradução do autor).

executava a espoliação com violência, contribuindo para gerar insegurança do camponês em relação à própria terra. Por isso, este segmento da população rural passou a identificar no assalariamento um meio de vida muito mais estável e promissor. Sem dúvida, a vocação assalariada do camponês cubano acelerou sua inserção na nova economia estatal. Carlos Rafael Rodríguez explicou o fenômeno:

A visão ao redor dos camponeses pobres que viviam em condições comparáveis à sua própria ou inferiores, a lembrança das vicissitudes de uma época ainda recente em que eram também camponeses e a experiência de que era possível melhorar sua situação mediante a luta por elevação dos salários e das condições de vida como proletários, conduziu aos trabalhadores agrícolas, em seu conjunto, a não projetar o objetivo de conquistar a terra para nela trabalharem como agricultores pequenos. Isso não quer dizer que eram indiferentes à posse ou não de alguma quantidade de terra (1978, p. 119, tradução do autor).

A distribuição da propriedade individual da terra foi uma das diretrizes fortes da lei de reforma agrária. Contudo, cultivar alimentos nas 2 caballerías do mínimo vital foi mais uma atividade complementar ao assalariamento que um meio de vida autossuficiente. O meio de vida predominante do trabalhador rural cubano a partir da reforma agrária foi a propriedade coletiva. A pequena propriedade individual certamente auxiliava no abastecimento familiar, mas as precárias condições técnicas tornavam os excedentes privados do pequeno camponês ainda mais incertos, dependentes de preços, subsídios e créditos. Esta “preferência pelo assalariamento” criava condições subjetivas para uma economia centralmente planejada. Sobre isso, afirmaram Paul Sweezy e Leo Huberman:

As reformas agrárias burguesas tiveram sempre como objetivo dividir os grandes latifúndios em pequenas propriedades de camponeses. Ideias mais radicais, pelo menos a partir de Marx, rejeitam essa solução com o duplo argumento de que a agricultura em pequena escala, feita pelos camponeses, é insolúvelmente ineficiente e constitui inevitavelmente uma força contrarrevolucionária (1960, p. 145).

Antes mesmo de ser declarada socialista, a revolução identificou essa especificidade e evitou a fragmentação das unidades produtivas. Enfim, não foi apenas o perfil do camponês cubano que cumpriu um papel na preservação da escala. Houve uma conjunção de outros fatores, entre eles as condições técnicas herdadas, a política igualitarista do governo revolucionário, a influência da tradição marxista em defesa da concentração dos meios de produção e a iminência do conflito com os Estados Unidos. As formas da propriedade coletiva serão analisadas a seguir.

Cooperativas canavieiras

Com as expropriações, as Cooperativas passaram a controlar 45% dos canaviais do país (CUBA, 1960a, p. 43). Foi uma maneira de evitar o retalhamento da terra em parcelas individuais, ainda que em muitos casos tenham sido fundadas várias Cooperativas a partir de um único latifúndio. Há que se diferenciar as Cooperativas criadas na primeira reforma agrária das Cooperativas de Créditos e Serviços e das Sociedades Agropecuárias dos camponeses da ANAP. Enquanto as primeiras foram estabelecidas nas canas de administração, por trabalhadores que já eram assalariados e se tornaram, coletivamente, donos de parcelas das propriedades de seus patrões, as segundas foram formadas por diferentes modalidades de coletivização de propriedades privadas individuais.

No universo dos debates socialistas, a Cooperativa era uma forma particularmente polêmica, pois representava um híbrido entre a propriedade privada individual e a propriedade socializada, no qual os excedentes privados ainda cumpriam um papel de força

motriz. Teoricamente as Cooperativas são propriedades privadas coletivas, que podem guardar semelhanças com sociedades empresariais tipicamente capitalistas. Entretanto, as Cooperativas cubanas nasceram organicamente vinculadas à direção do INRA e à planificação centralizada da economia e, portanto, eram mais similares à propriedade socializada do que à propriedade privada. No Regulamento Geral de Cooperativas de Cana, aprovado em 3 de maio de 1960, definiu-se que, durante cinco anos, 80% dos lucros das Cooperativas deveriam ser gastos em construções de casas e outros propósitos coletivos (de instalações agropecuárias a serviços médicos). Os outros 20% seriam distribuídos entre os cooperativados na forma de excedente privado (CUBA, 1960a, p. 41-42). Os insumos para produção, afirmava o Regulamento, seriam distribuídos pela Administração Geral das Cooperativas de Cana do INRA. Além disso, determinava-se que 30% da superfície das Cooperativas deveriam ser destinadas a cultivos não canavieiros, para alimentação dos cooperativados e para o mercado interno. Cada cooperativa recebeu do Estado 200 vacas leiteiras, 50 porcas e 1 touro para iniciar sua produção (CHONCHOL, 1963, p. 111). Tudo isso fazia com que as Cooperativas fossem extremamente dependentes do poder central e, embora possuíssem uma margem de decisão na utilização do excedente privado, esta era bastante estreita.

Os objetivos das Cooperativas definidos pelo Regulamento ditavam as seguintes diretrizes: fomentar e cultivar os canaviais; intensificar a produção da cana, plantando variedades de alto rendimento; diversificar a agricultura e alcançar soberania alimentar interna; aumentar a renda dos cooperativistas; garantir o bem estar social e educação de seus membros; construir casas e edifícios; colaborar com o INRA para o desenvolvimento econômico; cumprir os objetivos da reforma agrária. Os cooperativados poderiam sair da sociedade voluntariamente, mas estavam proibidos de vender seus direitos (CUBA, 1960a, p. 41-42).

Na teoria, a gestão das Cooperativas combinava autonomia local com centralização. O Regulamento criava as Assembleias Gerais das Cooperativas, espaço soberano para discussões e deliberações internas. Nas Assembleias se votava livremente um Conselho de Direção e um coordenador da Cooperativa, que seria o representante desta perante o Estado, o INRA e os organismos externos (CUBA, 1960a, p. 42). Porém, constatando que as Cooperativas ainda não possuíam capacidade administrativa e técnica para executar seus objetivos com êxito, o Regulamento estabelecia que o INRA designaria um administrador para, junto com o coordenador, dirigir a gestão da produção. Neste sentido, como sustentava o Regulamento, a cooperativa: “em sua etapa inicial, estará sob a direção do Instituto Nacional de Reforma Agrária, para efeito de assegurar seu melhor desenvolvimento mediante ajuda e orientação técnica” (CUBA, 1960a, p. 43, tradução do autor). Na prática, porém, os organismos de poder local não agregaram tanta participação e o funcionamento das Cooperativas, em seus dois anos e meio de vida, foi marcado pela escassez de iniciativa econômica local.

Em maio de 1960, existiam 622 Cooperativas ocupando um total de 60.316 caballerías. Delas participavam 122.448 cooperativistas e mais 46.614 trabalhadores eventuais. Estes cooperativistas se tornaram um importante polo militar de defesa da revolução. Para proteger as plantações das agressões externas e internas, 54% dos cooperativistas participavam das Milícias Nacionais Revolucionárias (CHONCHOL, 1961, p. 57). No início de 1960, as Centrais Adelaida e Punta Alegre, sob o comando de Cooperativas agrícolas, foram atingidas por bombas lançadas de aviões, gerando um incêndio de grandes proporções. No total, foram queimadas 9,7 milhões de arrobas de cana. Para salvar a safra, trabalhadores de todas as Cooperativas da região foram cortá-la imediatamente e decidiu-se que o açúcar seria produzido nas Centrais vizinhas: Morón, Violeta, Pátria, e na própria Adelaida. Este episódio foi apenas um pequeno exemplo da tensão crescente entre os trabalhadores agrícolas e as forças armadas que buscavam derrotar a revolução (CUBA, 1960b, p. 86-87). A revista INRA publicou, em março de 1960, o recado enviado por um trabalhador rural para Fidel Castro, por meio do jornalista Waldo Medina:

Diga ao Fidel, assim que encontrá-lo, que aqui enviamos este dinheirinho para [compra de] aviões que defendam Cuba. Mas se estes tipos de fora não quiserem vender aviões, que não os compre, pois os facões de trinta e poucos mil parceiros bastarão para liquidar os bandidos (apud MEDINA, 1960, p. 83, tradução do autor).

Entretanto, tal envolvimento militar dos cooperativistas não correspondeu com uma participação administrativa esperada nas unidades de produção.

Granjas do povo

As Granjas do Povo não constavam como uma forma de propriedade prevista na lei de reforma agrária e surgiram em fins de 1959 como uma solução particular para os latifúndios do setor pecuário. As Granjas eram enormes fazendas estatais com trabalhadores assalariados e possuíam um padrão formalmente centralizado de decisão econômica. Foram criadas a partir de três argumentos.

Em primeiro lugar, do ponto de vista técnico, o caráter rústico e extensivo da atividade pecuária não permitia a redução repentina da escala, pois não havia tecnologia instalada que viabilizasse a rápida conversão ao modelo intensivo. O modelo extensivo se baseava em uma escala gigante, que foi preservada nas Granjas. Em segundo lugar, do ponto de vista econômico, surgiu a necessidade de controlar o consumo de carne. Quando o Exército Rebelde confiscou rebanhos e repartiu vacas entre pequenos camponeses que não possuíam o conhecimento para criá-las, houve um sacrifício generalizado dos animais para fins alimentares, em flagrante desperdício da criação leiteira. Muitos camponeses nunca tinham comido carne bovina antes e a mudança sem precedentes do padrão alimentar gerou certa euforia. Entre 1958 e 1960, o peso da massa bovina sacrificada cresceu 22% e Chonchol alertou para uma eventual crise pecuária, que representava: “um dos problemas mais sérios que a Reforma Agrária Cubana enfrenta hoje em dia” (CHONCHOL, 1961, p. 73-74, tradução do autor). Em 1961, na tentativa de reverter a perda de animais sacrificados, foi criada a Operação Vaca, pela qual foram importadas 13 mil vacas de raça, a 400 milhões de dólares (CEPAL, 1964, p. 288). Por isso, o controle estatal da pecuária exercido pelas Granjas era uma necessidade econômica. O terceiro argumento era de natureza política e social, relacionado com a finalidade igualitária da revolução. As propriedades pecuárias possuíam poucos trabalhadores, às vezes um único homem a cada 50 caballerías, e o governo hesitou em aplicar o modelo cooperativo antevendo que seriam formadas unidades privilegiadas, com poucos trabalhadores e muito excedente, gerando desproporções de renda em relação às Cooperativas (CHONCHOL, 1961, p. 37). Por estas três razões, o governo decidiu controlar diretamente a pecuária através do modelo estatal das Granjas do Povo.

Outro fator fundamental se somou às circunstâncias descritas e alçou as Granjas a um papel estratégico. Quando a revolução cubana se declarou socialista, referenciais marxistas passaram a influenciar a nova organização econômica.

Na percepção de Karl Marx, a concentração de capital representava o desenvolvimento histórico da escala como alavanca técnica e social da produtividade, aglomerando massas de capital e trabalho em grandes instalações industriais (MARX, 2006, Capítulo XXIII). No que diz respeito à concentração das forças produtivas agrárias, Marx defendeu a superioridade da grande escala em um artigo publicado no *The International Herald*, em 15 de junho de 1872, com título “A Nacionalização da Terra”. Nele, Marx criticou a pequena propriedade agrária:

Na França, é certo, o solo está acessível a todos os que o podem comprar, mas precisamente esta facilidade trouxe consigo uma divisão em pequenos lotes cultivados por homens com meios muito pequenos [...]. Esta forma de propriedade fundiária e o cultivo retalhado de que necessita uma vez que exclui todas as aplicações de melhoramentos agrícolas modernos —

converte o próprio lavrador [*tiller*] no mais decidido inimigo do progresso social e, acima de tudo, da nacionalização da terra [...]. Agarra-se na mesma com apego fanático ao seu pedaço de terra e à sua condição de proprietário meramente nominal. Por este caminho, o camponês francês foi atirado para o mais fatal antagonismo com a classe operária industrial (MARX, 1982).

Igualmente, quando a primeira geração marxista analisou os determinantes da fase monopolista do capitalismo, identificou a concentração de capital como um fator de aumento de eficiência, rentabilidade e poder. Não seria à toa que o capitalismo monopolista, com superioridade técnica e vocação estatal-militar, suplantara historicamente o capitalismo concorrencial (LÊNIN, 2007). Como Marx, Lênin foi um crítico da pequena propriedade, considerada o principal inimigo da transição ao socialismo na Rússia. Em 1921, Lênin defendeu que, nas circunstâncias da revolução soviética, o capitalismo de Estado guardava afinidades históricas com o socialismo. Em seu célebre panfleto *Sobre o Imposto em Espécie*, no qual defendeu a Nova Política Econômica (NEP) para substituir o “comunismo de guerra”, Lênin propunha a adoção do capitalismo de Estado como recuo tático para reestabelecer a aliança da revolução com o pequeno camponês tradicional russo. Nessa ocasião, fez a seguinte ressalva:

Não é o capitalismo de Estado que está em guerra com o socialismo, mas a pequena-burguesia somada ao capitalismo privado que lutam juntas contra o capitalismo de Estado e o socialismo. A pequena-burguesia se opõe a qualquer forma de intervenção estatal, contabilidade e controle, seja no capitalismo de Estado, seja no socialismo de Estado. [...] A continuação da anarquia da pequena propriedade é o maior e o mais sério perigo e certamente será nossa derrota (LÊNIN, 1965, tradução do autor).

A chave deste combate político era a luta entre a economia centralmente planejada e a economia autônoma especulativa. No debate econômico cubano de 1963 e 1964, Guevara foi fortemente influenciado por estas concepções de Lênin e frequentemente citou seus textos. Em fevereiro de 1964, ao defender a proposta do Sistema Orçamentário de Financiamento, Guevara afirmou:

Como técnica, o antecessor do sistema orçamentário de financiamento é o monopólio imperialista radicado em Cuba [...]. Quando os monopolistas se retiraram, levaram seus quadros superiores e alguns intermediários; ao mesmo tempo, nosso conceito imaturo da revolução nos levou a arrasar com uma série de procedimentos estabelecidos, pelo simples fato de serem capitalistas. Por isso, nosso sistema não alcançou ainda o grau de eficiência que tinham as sucursais ‘*criollas*’ dos monopólios, no que se refere à direção e ao controle da produção (1982, p. 188).

Quando Cuba adentrou no universo dos debates da transição ao socialismo, as Granjas do Povo já existiam, mas certamente foram fortalecidas pela defesa marxista da grande propriedade estatal como “forma superior” de organização técnico-econômica. Em maio de 1961, estavam organizadas 266 Granjas do Povo, que ocupavam 181.330 caballerías nas quais trabalhavam 96.498 assalariados, sendo 71% destes trabalhadores temporários. As unidades eram de larguíssima escala: 682 caballerías em média (CHONCHOL, 1961, p. 41-42).

Tabela 1 - Cooperativas e Granjas do Povo (Maio/1961)

	Cooperativas	Granjas do Povo
Unidades Produtivas	622	266
Superfície total (caballerías)	60.317	181.330
Caballería/Unidade (média)	96,9	682
Trabalhadores fixos	122.448	27.321

Trabalhadores eventuais	46.614	69.177
Trabalhadores fixos/Unidade produtiva (média)	197	103
Caballería/Trabalhador fixo (média)	0,49	6,64

Fonte: CHONCHOL, 1961, p. 41-42, 53.

Em síntese, as Granjas do Povo se originaram das circunstâncias concretas do setor pecuário e, em seguida, entraram em consonância com os princípios marxistas que orientaram explicitamente a economia cubana a partir de abril de 1961. A não fragmentação da terra se transformou na defesa da escala máxima como imperativo da socialização. A Granja do Povo passou a ser definida como uma forma superior de propriedade porque, como diziam os cubanos: “pertence a todo o povo, e não a uma parte do povo” (CHONCHOL, 1961, p. 45, tradução do autor). A tabela 1 mostra uma radiografia das Cooperativas e das Granjas do Povo em maio de 1961.

Pequeno debate agrário

A proposta de conversão das Cooperativas em Granjas havia sido submetida a dois meses de debate nos Conselhos e Assembleias das unidades produtivas antes de ser votada em setembro de 1962 no Congresso Nacional de Cooperativas (FERNANDES, 2007, p. 186). Os dirigentes cubanos incentivaram a conversão com o argumento igualitarista de Fidel Castro: as Cooperativas geravam desigualdades sociais a partir de diferenças naturais da fertilidade da terra e isso não poderia ser aturado na nova sociedade socialista. Fidel alegava:

A Cooperativa é um bom sistema de produção, mas que tem também seus defeitos, como o que se origina na diversidade de terras, das distintas fertilidades de cada terra, daquela comunidade que está em uma Cooperativa de terra boa e receberá benefícios superiores àquela que está em uma Cooperativa de terra ruim [...]. Contudo, não será assim nas Granjas do Povo. Não importa que uma Granja tenha terra pobre e a outra tenha terra rica. Os trabalhadores de todas as Granjas receberão os mesmos benefícios; as crianças de todas as Granjas receberão iguais benefícios, seja pobre ou rica a terra onde as Granjas estão (apud CHONCHOL, 1961, p. 45, tradução do autor).

A conversão das Cooperativas em Granjas foi bastante criticada pelos agrônomos estrangeiros que assessoravam a revolução à época. Vejamos, primeiro, os argumentos cubanos e, posteriormente, as críticas dos especialistas estrangeiros que constituíram o debate.

Juan Valdés Paz é certamente um dos maiores especialistas da agricultura cubana e foi entrevistado pela autora em julho de 2012. Sua história pessoal é tão interessante quanto a própria revolução. Relatou-nos que no início de 1960, aos 19 anos, se engajou como professor voluntário para as campanhas de alfabetização. Algumas semanas mais tarde, após o treinamento, lhe avisaram que não seria mais professor voluntário, mas sim diplomata e para isso faria outro curso. Mas a velocidade da revolução era tão alucinante que em uma madrugada de outubro de 1960, quando se promulgou a Lei de Nacionalizações nº 890, os jovens professores voluntários foram transformados em administradores da indústria açucareira por designação direta de Fidel Castro. Foi assim que Valdés Paz passou 20 anos trabalhando como administrador do setor (VALDÉS PAZ, 2012, informação verbal)⁷. Para efeito de síntese, Juan Valdés Paz esquematizou os problemas das Cooperativas Canavieiras cubanas em seis esferas de análise: (1)

⁷ Entrevista realizada pelo autor em julho de 2012, em Havana.

econômica; (2) territorial; (3) administrativa; (4) do trabalho; (5) política e social; e (6) ideológica (VALDÉS PAZ, 2009, p. 20).

Na esfera econômica, as Cooperativas apresentavam três problemas. O primeiro deles eram as imensas dificuldades de autofinanciamento, que bloqueavam a autonomia econômica em relação ao Estado. Isso gerou frustração, pois os cooperativistas não alcançavam os rendimentos necessários para que os 20% de excedentes privados previstos para utilização “livre” fossem satisfatórios. O segundo problema foi a queda da renda média anual dos cooperativistas devido à ineficiência econômica. O terceiro foi de produtividade: apesar de o Regulamento ditar que os cooperativistas receberiam salários equivalentes às suas jornadas de trabalho acrescidos dos excedentes (CUBA, 1960a, p. 41), esta determinação não ocorreu na prática. Valdés Paz constatou que a distribuição do excedente interno da Cooperativa não correspondia aos diferentes esforços de cada um, o que gerou afrouxamento das normas de trabalho.

A falta de correspondência entre a jornada e o salário também se originou da ausência do capataz como força coercitiva de organização do trabalho. Valdés Paz diagnosticou:

Na agricultura capitalista há um capataz. O capataz é um arbitrário, impõe a norma que quer e paga o que quer, salvo a resistência que se pode apresentar da parte dos trabalhadores [...]. Quando nós substituímos esse esquema de exploração, suprimimos o capataz. Ao suprimir o capataz, essa função que era até simbolicamente a representação da exploração, rompemos com o elo que organiza o trabalho. Porque em trabalhos manuais em campo livre, a céu aberto, como a agricultura e a construção, a presença direta daquele que controla a força de trabalho é determinante. Senão, ninguém trabalha, porque a agricultura é muito dura e a construção também⁸ (VALDÉS PAZ, 2012, informação verbal, tradução do autor).

Na esfera territorial, se apresentava um problema inerente à luta histórica da reforma agrária. Muitas Cooperativas possuíam descontinuidades territoriais, pois estavam atravessadas pela propriedade do antigo latifundiário. Tratando-se de um período de transição, a estrutura agrária anterior e a nova estrutura estavam ainda interpenetradas geograficamente. Sendo as Cooperativas unidades ainda economicamente frágeis, esse fator as afetou mais fortemente. Havia Cooperativas da mesma agrupação muito distantes umas das outras, com poucos recursos para transporte, inviabilizando uma gestão coletiva eficaz. Ao mesmo tempo, havia uma desorganização dos próprios cultivos, pois o bloqueio econômico estadunidense e o incentivo governamental à diversificação agrária fizeram proliferar produções pequenas para autoconsumo. Isso gerou dispersão dos cultivos, pequenas plantações isoladas dentro e fora das Cooperativas, prejudicando a eficiência agrícola.

Na esfera administrativa surgiu a tendência de substituição do poder local pelo administrador central. Neste sentido, a combinação entre autonomia e centralização proposta pelo Regulamento das Cooperativas não havia funcionado como esperado⁹. Ademais, a dispersão territorial dificultava enormemente o trabalho do administrador do INRA que, ao não poder contar com um poder administrativo local, via redobrar suas tarefas. Isso gerou perda de controle da contabilidade interna, prejudicando a participação das Cooperativas nos planos estatais.

Na esfera do trabalho, três outros problemas surgiram. Primeiro, como decorrência da dispersão territorial, vários cooperativistas viviam fora das suas unidades, gerando uma desagregação entre trabalhadores e comunidade produtiva. Esta desagregação induzia uma segunda dificuldade: muitos dos cooperativistas trabalhavam várias horas para produtores privados ou em parcelas próprias, reduzindo o esforço coletivo interno à Cooperativa. Enfim,

⁸ O tema do afrouxamento da coerção nas relações de trabalho foi desenvolvido em um dos capítulos da dissertação de mestrado que subjaz a este artigo.

⁹ Constatou Valdés Paz: “A participação dos atores de base foi mínima ou nenhuma, tanto para a elaboração de propostas, como para tomada de decisões organizativas” (2009, p. 147, tradução do autor).

o terceiro problema era relacionado à desigualdade de renda entre trabalhadores eventuais e cooperativistas. Se os membros fixos apresentavam queda de rendimento devido às dificuldades de autofinanciamento das unidades, a situação dos eventuais era ainda mais insegura. Quando as Cooperativas foram convertidas em Granjas se enfatizou a necessidade de reduzir a proporção de trabalhadores eventuais.

Na esfera política e social, havia três ordens de problemas. Primeiro, a vocação assalariada dos cooperativistas criou uma “inviabilidade sociológica” do autogoverno, devido a um despreparo cultural e político herdado da situação anterior. Mostrou-se impossível converter, em tão pouco tempo, um assalariado que realizava apenas um procedimento da cadeia produtiva capitalista, em um sujeito com responsabilidade sobre a terra, o processo econômico e seus desdobramentos administrativos. (VALDÉS PAZ, 2009, p. 20). Em segundo lugar, não havia um organismo político de representação social específica dos cooperativistas (como foi a ANAP para os pequenos agricultores). Isso dificultava a organização coletiva e a formação de autoconsciência deste segmento, comprometendo sua comunicação com o governo. Em terceiro lugar, os cooperativistas sentiram-se ainda mais insatisfeitos porque os trabalhadores das Granjas possuíam maiores salários e estabilidade, gerando condições visivelmente desiguais de bem estar. Tudo isso se agravava devido à ausência de uma “cultura cooperativista”, o que dificultava a criação do ambiente político para a autogestão. Enfim, Carlos Rafael Rodríguez sustentou que: “as tentativas realizadas entre 1960 e 1962 para converter aos antigos trabalhadores agrícolas da cana em proprietários coletivos através de formas Cooperativas baseadas no usufruto permanente da terra encontraram pouco interesse por parte destes trabalhadores” (1978, p. 146-147, tradução do autor).

Por último, na esfera da percepção ideológica, surgiram disparidades no grau de coletivização da terra de cada Cooperativa. As dificuldades fizeram com que alguns grupos limitassem a socialização da terra e encontrassem soluções privadas para a ineficiência da produção coletiva. Desse quadro, não surpreende que tenha havido queda da sindicalização dos trabalhadores cooperativistas, que perderam seus vínculos com a luta assalariada. Todos estes problemas enfrentados pelas Cooperativas estão sumariados na tabela 2.

Tabela 2 - Problemas das Cooperativas Canavieiras (Setembro/1962)

Esfera	Contradições Funcionais
Econômica	Inviabilidade de autofinanciamento
	Ausência de rendimentos distribuíveis e queda da renda média anual (salários)
	Distribuição igualitária da renda independente das horas trabalhadas
Territorial	Descontinuidade territorial e dispersão dos cooperativistas
	Proliferação de parcelas de autoconsumo dentro e fora da cooperativa
Administração	Tendência à substituição do poder local pelo central
	Escassa participação dos cooperativistas e dissolução das Assembleias
	Perda de controle administrativo
	Alta proporção de cooperativistas que vivem fora da cooperativa
Trabalho	Cooperativistas trabalham para produtores privados ou em parcelas próprias
	Trabalhadores eventuais com direitos, condições de trabalho e renda diferentes
	“Inviabilidade sociológica” da conversão de trabalhadores assalariados em cooperativistas (desconhecimento do processo produtivo global)
Política e Social	Ausência de uma entidade representação social e política dos cooperativistas
	Condições de vida inferior ao assalariado da Granja
	Falta de uma cultura cooperativista
	Diferenças de nível de coletivização entre as Cooperativas
Ideológica	Grupos cooperativos que limitavam a socialização da terra
	Cooperativistas que investiam em propriedades privadas
	Queda da sindicalização

Fonte: VALDÉS PAZ, 2009, p. 20, tradução do autor.

Carlos Rafael Rodríguez viu com muito otimismo a conversão das Cooperativas em Granjas. Para ele, tratava-se de uma exigência da construção do socialismo, que foi antecipada pelas circunstâncias:

A fé dos trabalhadores agrícolas da cana na Revolução fez possível que aquilo que poderia originar uma crise, se resolvesse – mediante decisão democrática em que participaram todos os cooperativistas – com a transformação das Cooperativas em Granjas Canavieiras, precipitando-se assim, com bom resultado, um processo que estava programado para vários anos (1963a, p. 8, tradução do autor).

As posições de Rodríguez revelam as diferenças fundamentais do “pequeno debate agrário” em relação ao “grande debate econômico”. No primeiro, a controvérsia sobre Cooperativas e Granjas reflete a luta entre a propriedade privada coletiva e a propriedade estatal. Neste caso, Rodríguez defendia a estatização como forma superior. Já no segundo, a polêmica expressava-se *no interior* do setor estatal. Rodríguez defendia a autogestão e o poder de decisão local dentro da economia estatal, incluindo incentivos materiais à produtividade que diferenciavam a escala de salários.

Para Valdés Paz, a convivência entre as duas formas da propriedade coletiva colocou em evidência os problemas das Cooperativas e acelerou o processo de coletivização no caminho dos *solkhozes* soviéticos, porém por motivação voluntária (VALDÉS PAZ, 2009, p. 16). O próprio Valdés Paz, contudo, não deixou de constatar os novos inconvenientes das Granjas. Entre eles, a escala demasiadamente grande para as condições técnico-administrativas existentes; a homogeneidade do aparato administrativo das Granjas, inadequado para a diversidade de tamanhos e cultivos das unidades produtivas; e a perda de especialização decorrente da excessiva diversificação agrícola estimulada pelo governo (VALDÉS PAZ, 2009, p. 18).

Apesar de todos estes contratempos vividos pelas Cooperativas, os citados especialistas estrangeiros a consideravam a forma mais adequada ao desenvolvimento agrário cubano. Eles criticaram duramente o modelo das Granjas do Povo, especialmente por três aspectos: o gigantismo da escala, o excessivo centralismo da gestão e o assalariamento estatal igualitário prejudicial à produtividade. Vejamos, antes, com quais argumentos defendiam as Cooperativas.

As Cooperativas foram especialmente elogiadas por Chonchol e Dumont, por dois motivos principais: sua escala tecnicamente adequada e sua aptidão política para absorver a vontade direta dos trabalhadores nas decisões de produção. Em 1961, Chonchol postulou:

O tamanho corrente de cada cooperativa (entre 1.000 e 1.500 hectares) e entre 200 e 300 trabalhadores (considerando os eventuais), é um tamanho que permite conjugar, em uma mesma empresa agrícola, as vantagens da diversificação, rotação de cultivos, agricultura mista (produção agrícola e pecuária) com as economias de escala, divisão do trabalho, mecanização dos trabalhos e um controle administrativo eficiente [...]. Esta organização com sua estruturação regional e a representação ativa dos trabalhadores no processo de direção das empresas, têm, ademais, a vantagem de facilitar a ascensão social e psicológica destes e de equilibrar a necessidade de programas nacionais (básicos em uma economia planificada) com as realidades concretas das empresas (1961, p. 57-58, tradução do autor).

Eram, em suma, duas as principais virtudes das Cooperativas. Primeiro, a virtude da escala: além de ser tecnicamente mais viável, possuía maior vocação para adaptar-se a um modelo intensivo de produção. A relação de caballerías por trabalhadores fixos eram quase 14 vezes maior na Granja que, por sua origem pecuária, havia herdado a experiência mais extrema do modelo extensivo. Na avaliação de Chonchol, esta constituía uma das piores heranças da estrutura agrária pré-revolucionária e a escala da Cooperativa criava as condições adequadas para superá-la. A segunda virtude da Cooperativa era da autogestão: era uma forma capaz de aliviar a tensão entre o plano econômico centralizado e a

democracia na unidade produtiva. Para ele, as Assembleias das Cooperativas serviriam como prática política catalisadora do desenvolvimento cultural dos trabalhadores, forjando a consciência econômica de cada cooperativista e alargando a solidariedade comunitária necessária ao autogoverno. Além disso, ao aguçar-se a percepção administrativa dos trabalhadores, a produtividade deveria crescer devido ao interesse material direto de cada um pela propriedade coletiva. Haveria, na opinião de Chonchol, uma correlação inevitável entre interesse material individual e aumento da produtividade do trabalho, que a forma cooperativa poderia articular de modo virtuoso através da autogestão, sem que isso significasse abandono da consciência social.

Chonchol respondeu criticamente a três argumentos da direção revolucionária para a nova orientação, relacionados ao igualitarismo, ao controle estatal da alimentação e à ideia da máxima escala como “forma superior”. Sobre a busca do igualitarismo, Chonchol sustentava que seria simples e possível resolver as disparidades sociais geradas por diferenças da fertilidade do solo por meio de regulação fiscal¹⁰. Sobre o controle estatal da produção de alimentos, o engenheiro reconheceu que esta poderia ser uma vantagem efetiva das Granjas no caminho da soberania alimentar, pois a baixa rentabilidade de muitos cultivos demandava subsídio estatal. Porém, a esta ressalva agregou que considerava possível conciliar controle estatal com autonomia de gestão, por meio da coordenação dialética entre o plano centralizado e os interesses locais:

Deve-se realizar a planificação dos orçamentos a partir de um plano de produção que nasce em nível local, com instruções gerais que podem vir da parte central. Depois, na administração dos recursos, pode haver muito mais influência da parte central. Porém, não devemos esquecer uma coisa: são as eficiências administrativas. Sempre quando há excessiva centralização, há ineficiência administrativa em algum lugar. E isso afeta em definitivo o resultado produtivo. Eu sou partidário de maior autonomia para a base, com as relações fundamentais com o poder central. Mas com uma autonomia suficiente para poder ser eficiente na base [...]. Da parte central, deve haver grandes diretrizes, grandes orientações básicas. Definir qual é a estratégia de desenvolvimento em um país é uma coisa que se faz desde o centro. Mas na aplicação disso, é preciso muita entrega de autonomias e um diálogo entre o centro e a base. Sem isso, creio que o exercício do centralismo conduz a um desastre. E a excessiva autonomia sem uma orientação geral conduz a que cada um faça o que queira. Há uma combinação que não é fácil de determinar (CHONCHOL, 2011, informação verbal, tradução do autor).

Sobre a ideia da máxima escala como forma superior, Chonchol identificou duas influências: por um lado a tradição econômica marxista e, por outro, a tradição da *plantation* estadunidense. O mesmo confirmou Valdés Paz: “a referência para a oligarquia capitalista da grande produção se buscava, primeiro, na grande fazenda e nas companhias capitalistas e, depois, nos *solkhoses* soviéticos” (2009, p. 14). Sobre isso, Dumont notou que a *caballería* era uma unidade 200 vezes maior que o Mou chinês e, consideradas as proporções de cada país, percebia-se que o “gigantismo” seria de fato uma influência pré-revolucionária (1970).

Além de responder a estes três argumentos do governo cubano, Chonchol alegava que as Granjas do Povo eram um desastre em termos de organização da agricultura, por nada menos que sete motivos. Em primeiro lugar, seu gigantismo prejudicava tanto a eficácia administrativa, quanto a qualidade técnica da produção, especialmente num contexto de escassez de especialistas agrários, muitos dos quais tinham deixado a ilha após a revolução (CHONCHOL, 1963, p. 118). Ademais, a grande empresa agrícola requeria proporcionalmente muito mais quadros técnicos do que a empresa média ou pequena.

¹⁰ Alegou: “Daqueles que obtêm muitos lucros, se pode tomar o excedente por meio de impostos. E o tamanho das Cooperativas não era tão grande para produzir grandes lucros” (CHONCHOL, 2011, informação verbal, tradução do autor).

Naquelas condições, seria quase impossível administrar satisfatoriamente Granjas com 682 caballerías em média. Um dos efeitos da precariedade técnico-administrativa era uma “defeituosa distribuição territorial das inversões” (CHONCHOL, 1961, p. 48, tradução do autor).

Em segundo lugar, o gigantismo das Granjas aumentaria os custos de transporte dentro de cada unidade, gerando falhas decorrentes das dificuldades de locomoção do administrador e dos técnicos agrícolas, fruto de uma irracionalidade geográfica que trazia fortes prejuízos (CHONCHOL, 1961, p. 50). As dificuldades de transporte também geravam atrasos de pagamentos e de insumos que perdiam o momento climático correto. Afinal, a escala gigante das Granjas agravava a fragmentação territorial já problemática das Cooperativas:

Nem sempre as Granjas do Povo estabelecidas constituem uma só unidade territorial. Em muitos casos, uma mesma Granja se compõe de 2, 3, 4 ou 5 lotes de terra isolados uns dos outros por outras unidades (privadas ou Cooperativas canavieiras) e às vezes as distâncias entre os lotes extremos são bastante consideráveis. Tudo isso é produto do desejo de estabelecer grandes unidades e da distribuição territorial das propriedades que se integraram como Granjas do Povo (CHONCHOL, 1961, p. 41, tradução do autor).

A fragmentação territorial de cada unidade, com “pedaços” separados e distantes, intercalados por vastas propriedades privadas, tornava impossível aproveitar as eventuais vantagens de escala. Esse problema só seria efetivamente resolvido com a segunda reforma agrária de outubro de 1963.

A terceira crítica de Chonchol era que a enormidade da Granja aumentava a distância social entre administradores e trabalhadores, reproduzindo a divisão entre trabalho intelectual e manual que teoricamente se queria superar. Seria preciso, na opinião dele, que houvesse organismos intermediários entre a administração das Granjas e os trabalhadores, pois o gigantismo impedia a integração consciente do trabalhador local ao processo produtivo, sem falar do plano agropecuário nacional. Afinal, o modelo das Granjas reforçaria a mentalidade assalariada capitalista ao inibir a participação da base na gestão da empresa, fomentando a falta de consciência sobre a totalidade do processo produtivo (CHONCHOL, 1961, p. 51).

A quarta crítica de Chonchol às Granjas era que o gigantismo seria fruto da equivocada transposição de um princípio industrial para a agricultura, desconsiderando seus limites naturais. Na prática, isso anulava os supostos ganhos de escala. Esta transposição decorreria de um raciocínio muito teórico e pouco técnico:

Teoricamente, a grande empresa agrícola deveria ter as mesmas vantagens econômicas da grande empresa industrial: especialização máxima dos distintos grupos de trabalhadores, operações em cadeia, produção em massa, redução de gastos gerais de administração, rentabilidade econômica a um baixo custo unitário de produto obtido. Na prática, porém, o processo de produção agrícola é muito mais complexo, variável e inseguro, especialmente devido à ação de uma série de fatores naturais imprevisíveis e no mínimo difíceis de controlar (CHONCHOL, 1961, p. 46, 48-49, tradução do autor).

Uma quinta crítica ao gigantismo das Granjas era que este induzia à perpetuação do modelo extensivo (ver, na tabela 1, a relação de superfície por trabalhador). Uma sexta crítica era que as Granjas eram deficitárias por definição, uma vez que os salários não correspondiam à produtividade do trabalho e isso exigia que o Estado arcasse com as diferenças. O déficit era uma condição provável da busca da soberania alimentar, como

reconheceu o próprio Chonchol¹¹. Mesmo assim, o engenheiro defendia que houvesse maior correspondência entre salários e jornadas de trabalho, para garantir um patamar mínimo de produtividade.

Por fim, a sétima crítica de Chonchol era em relação à postura dos dirigentes da revolução que, na tentativa de evitar a burocratização excessiva da agricultura, acabavam enxugando as equipes administrativas de modo a torná-las extremamente ineptas. Exemplificou o problema com as palavras de um Chefe de Província do INRA: “burocratismo ocorre quando, no lugar em que se necessita 5 pessoas, haja 8. Porém, se para evitar o burocratismo, onde se necessitem 4 pessoas haja somente 1 ou 2, isso já é contraproducente, antieconômico e ineficaz”¹² (apud CHONCHOL, 1961, p. 50, tradução do autor).

René Dumont foi ainda mais crítico ao modelo agrário adotado, pois, sendo um defensor aguerrido da autogestão, problematizou tanto as Granjas, quanto as Cooperativas. Para Dumont havia dois problemas centrais que afetavam as duas formas de propriedade: o excesso de centralismo na gestão e o assalariamento estatal igualitário. Acreditava que a revolução cubana estava sendo excessivamente generosa com os trabalhadores. Escreveu: “se a URSS explora seus camponeses, Cuba os está mimando demais!” (DUMONT, 1970, p. 36, tradução do autor). De fato, a ANAP, em seu II Congresso em 1963, realizou uma autocrítica do funcionamento das Sociedades Agropecuárias. Definiram o equívoco como “comunismo prematuro”, sintetizado em duas medidas: primeiro, o salário fixo mensal igual para todos, independentemente da quantidade de horas trabalhadas e sem levar em conta a produção; segundo, a repartição gratuita e igualitária de produtos agrícolas da própria Sociedade para livre autoconsumo de seus membros. Forjou-se neste segmento uma autocrítica deste problema sinalizado por Dumont (BARRIOS, 1987, p. 54).

Quanto às Cooperativas, Dumont pensava que, na realidade, eram propriedades estatais, já que a obrigatoriedade do emprego de 80% do excedente com fins pré-determinados pelo Estado sufocava a iniciativa local. Além disso, tratar-se-ia de uma norma débil, pois não especificava o custo máximo das obras, dando margem para desperdício de recursos importados. Apesar da escala tecnicamente adequada das Cooperativas cubanas, Dumont alegava que a excessiva centralização de seu funcionamento poderia bloquear sua evolução, pois tanto a utilização privada do excedente, quanto o sentimento de cada trabalhador como proprietário, seriam importantes estímulos ao trabalho. Em agosto de 1960, ele expressou sua opinião pessoalmente a Guevara e propôs a criação de um sistema de prêmios aos trabalhadores mais disciplinados, através do qual conquistariam “ações” da empresa cooperativa e, portanto, maior participação no excedente. Dumont estava definitivamente deslocado do igualitarismo radical da revolução, mas se justificava com argumentos econômicos realistas: em 1962, por exemplo, das 622 Cooperativas, apenas 3 obtiveram balanços lucrativos, um sintoma de problemas estruturais nas relações de produção (DUMONT, 1970, p. 51).

Sobre as Granjas, suas críticas eram ainda mais enfáticas. Alegou que a escala era tão equivocada que seus técnicos passavam mais tempo se deslocando de um lado a outro e ocupados com papeladas burocráticas do que propriamente melhorando as condições técnicas da produção. Ironizou: “o gigantismo não é um artigo da fé marxista, que apenas condena – corretamente – o microfundismo como um obstáculo para a técnica moderna” (DUMONT, 1970, p. 55, tradução do autor). Além disso, ele alertava para o fato de que, em 1963, a produtividade do Setor ANAP havia sido duas vezes maior que das Granjas, de modo que na prática a ideia da “forma superior” não se sustentava (1970, p. 73).

¹¹ Sobre isso, sustentou: “Creio que é fundamental para qualquer tipo de país, tanto socialista, como capitalista, se quer ter autonomia, ter em seu mercado interno uma alta proporção de produtos alimentícios básicos produzidos internamente, mesmo que custe mais caro” (CHONCHOL, 2011, informação verbal, tradução do autor).

¹² Para Valdés Paz, o excesso de centralismo e a ineficácia administrativa da gestão agrária nos primeiros anos da revolução foram mais um fruto da escassez de quadros técnicos e políticos do que de uma precaução ideológica, e teria sido corrigido em 1963 (2009, p. 14).

Mas a principal crítica de Dumont às Granjas era contra o assalariamento estatal igualitário, um dos “excessos de generosidade” dos dirigentes cubanos. O assalariamento estatal igualitário seria um fator inerente de indisciplina laboral, negligência com os custos de produção, desperdício de recursos e incapacidade contábil¹³. Para ele, o modelo era inevitavelmente deficitário e não haveria sequer um plano de desenvolvimento para arcar com tal déficit. Apesar de suas sugestões, a grande contribuição de Dumont para a revolução cubana não se referia às polêmicas sobre gestão: foi sua proposta de diversificação agrária especializada, plenamente acatada pela direção revolucionária em 1963.

Já Michel Gutelman desaprovou a excessiva centralização das unidades produtivas agrárias, que teria sido agravada pela conversão das Cooperativas em Granjas. No caso de Gutelman, suas críticas estavam organicamente vinculadas ao “grande debate” e eram alinhadas à defesa do cálculo econômico¹⁴. Sustentou: “essa vontade de impor o esquema rígido do plano a processos de produção que, por natureza, não se podem desenvolver em quadros rígidos, conduzia a negar a planificação em si própria e provocava uma série de círculos viciosos de desorganização econômica” (1975, p. 140). Para ele, a combinação de centralização com autonomia proposta no Regulamento das Cooperativas nunca havia sido posta em prática uma vez que: “as unidades de produção encontravam-se em estado de inferioridade permanente” em relação ao poder central (1975, p. 133).

Valdés Paz comentou diretamente a opinião de Gutelman, com o argumento de que o agrônomo, ao escrever sua crítica, desconsiderava as condições históricas mais amplas da revolução cubana que determinaram a centralização, entre elas, as agressões militares externas e internas para derrubar o novo governo; o bloqueio econômico dos Estados Unidos; a escassez de técnicos que impunha uma escala inadequada; a instabilidade gerada pela acelerada e radical transformação dos regimes de propriedades, cultivos e trabalho na agropecuária; e a necessidade ainda não cumprida de criação de novos padrões de gestão e de normas de trabalho. Em síntese, sem desconsiderar as diferentes naturezas das missões de cada um destes especialistas internacionais, Valdés Paz alegou que as críticas pecaram por um equívoco comum: a desconsideração da correlação de forças sociais e geopolíticas daquele momento histórico. Nas suas palavras:

Eles [os especialistas estrangeiros] estão aqui em um período em que ocorreu a invasão de Girón, a crise de outubro, a Operação Mangosta, a luta contra os bandidos, há um conflito militar que acompanha a revolução e eles não se deram por inteirados – como se as decisões políticas sobre a agricultura não guardassem relação com isso também. Defendeu-se uma política agrária, como se esta pudesse desenhar-se em separado do cenário de conflito em que está toda a revolução cubana neste período (VALDÉS PAZ, 2011, informação verbal).

Enfim, a máxima centralização dos recursos produtivos da ilha sob comando do Estado refletia mais a urgência geoeconômica e militar de um momento histórico determinado, do que a preocupação direta com a produção agropecuária ou com o modelo mais apropriado de propriedade socialista. Tal debate, ao fim e ao cabo, representou um breve ensaio da grande contenda que estava por vir nos anos seguintes.

Considerações finais

O “pequeno debate agrário” entre Granjas e Cooperativas pendeu democrática e definitivamente em favor das Granjas, por ao menos três fatores: as lideranças cubanas se

¹³ Dumont insistia que: “o salário diário garantido, que é alto e é pago independentemente de quanto trabalho foi executado, relaxou a disciplina laboral, especialmente tendo em vista que agora há um sentimento predominante de que ninguém nunca será demitido, mesmo se trabalhar pouco” (1970, p. 120, tradução do autor).

¹⁴ Para seu grupo, era patente a: “impossibilidade prática de exercer uma gestão a partir do centro, dado o nível atingido de desenvolvimento das forças produtivas” (Gutelman, 1975, p. 148).

unificaram em torno da mesma proposta, a situação histórica demandava centralização de recursos e os cooperativistas preferiram o assalariamento. Tudo isso não impediu, contudo, que os agrônomos estrangeiros manifestassem suas opiniões e fossem respeitosamente escutados.

Já a solução do grande debate econômico foi mais contraditória e complexa, afetando igualmente as decisões sobre política agropecuária. Argumentos importantes dos especialistas estrangeiros em defesa da autogestão das Cooperativas durante o “pequeno debate” foram retomados por Carlos Rafael Rodríguez no “grande debate”, porém agora orientados para o interior da administração estatal.

No “grande debate”, os instrumentos econômicos propostos por Rodríguez para alavancar a produtividade ampliavam as margens do excedente privado no interior do setor estatal em duas dimensões. Primeiro, na dimensão individual, por meio de um sistema de incentivos materiais para aumento da eficiência de cada trabalhador. Segundo, na dimensão coletiva, com o autofinanciamento das Granjas, ou seja, uma relativa autonomia das propriedades estatais em relação ao próprio Estado que só seria possível com o crescimento do excedente retido na unidade produtiva. Isto fomentaria, como consequência, uma diferenciação social entre os indivíduos e entre diferentes Granjas, no interior de uma economia estatizada. Ao contrário, o sistema orçamentário de financiamento concebido por Guevara convertia todo excedente em orçamento estatal, posteriormente redistribuído. A proposta de Guevara reduzia a autonomia local das unidades produtivas e evitava qualquer forma de diferenciação social.

Diante do impasse entre os dois modelos, Fidel Castro arbitrou para que ambos fossem experimentados:

Há um momento em que essa polêmica é resolvida por Fidel Castro com a decisão de que um modelo de gestão como o sistema orçamentário que propunha o Che fosse ensaiado em certos setores da economia, fundamentalmente na indústria e comércio exterior, e que o sistema de cálculo econômico se ensaiasse na agricultura e no comércio interior (VALDÉS PAZ, 2011, informação verbal, tradução do autor).

Contudo, segundo Valdés Paz, a dualidade de modelos possuía um equívoco originário. O cálculo econômico foi adotado no setor com menores rendimentos, sem recursos para alimentar o sistema de incentivos e o autofinanciamento. Já o sistema orçamentário foi adotado no setor com maiores rendimentos, com recursos suficientes para um sistema de incentivos que, no entanto, era bloqueado pela centralização radical dos excedentes e pela opção prioritária aos incentivos morais. Como resultado:

As contradições entre ambos os sistemas tornou cada vez mais difícil conciliá-los em um plano único, assim como seus subsistemas de controle. Por outro lado, a incongruência entre cada sistema e a realidade econômica de seu respectivo setor – inviabilidade de custear os setores de cálculo econômico e rentabilidade nos setores orçamentários – fez cada vez mais supérflua a busca de vantagens baseadas nestas experiências (VALDÉS PAZ, 2009, p. 33, tradução do autor).

De modo geral, entre 1961 e 1964, a sociedade cubana atravessou um contexto de pressão militar internacional e, simultaneamente, lidou com estas controvérsias internas sobre o regime de propriedades. Junto disso, a busca de soluções econômicas aos impasses históricos do subdesenvolvimento e da transição ao socialismo foi limitada pelas estreitas margens de excedente disponível. Conforme a sociedade cubana realizou suas experiências de produção e administração orientadas pelo igualitarismo e pela soberania nacional, esbarrou em obstáculos referentes à produtividade do trabalho e a dependência tecnológica, realizando muitas inflexões nas políticas agrárias. Na realidade, o “pequeno debate agrário” representa um momento particular de uma controvérsia prolongada e constante, que pendula, desde então, entre duas perguntas. Primeiro: qual seria a função do

excedente privado na edificação socialista e como lidar com as diferenciações sociais por ele engendradas? Segundo: como evitar a queda da produtividade do trabalho em um contexto de afrouxamento das forças coercitivas nas relações de produção, em um país limitado pela dependência tecnológica? Até hoje, estas são fontes de inquietações e polêmicas dentro da sociedade cubana.

Referências

ACOSTA, J. La estructura agraria y el sector agropecuario al triunfo de la revolución. **Economía y Desarrollo**, La Habana, n. 9, p. 50-82, 1972a.

_____. Las Leyes de reforma agraria en Cuba y el sector privado campesino. **Economía y Desarrollo**, La Habana, n. 12, p. 84-115, 1972b.

BARRIOS, A. **La ANAP: 25 años de trabajo**. 1. ed. La Habana: Editora Política, 1987.

BETTELHEIM, C. Formas e métodos do planejamento socialista e nível de desenvolvimento das forças produtivas. In: GUEVARA, E. **Textos Econômicos para a transformação do socialismo**. 1. ed. São Paulo: Edições Populares, 1982, V. 8, p. 226-240.

CEPAL. La economía cubana en el periodo 1959-1963. In: **Estudio Económico y Social de América Latina y el Caribe**. 1. ed. Santiago de Chile: CEPAL, 1964.

CHONCHOL, J. **La reforma agraria cubana - realizaciones y perspectivas**. Informe Final de Misión el Gobierno Cubano. La Habana: FAO, 1961.

_____. Análisis Crítico de la reforma agraria cubana. **Trimestre Económico**, n. 117, Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1963, p. 69-143.

_____: depoimento [jul. 2011], Entrevistador: AUTOR. [Santiago de Chile], informação verbal, gravação digital, 70 min.

CUBA. Instituto Nacional de Reforma Agrária. **Cooperativas Cañeras: Orientación y Reglamento**. La Habana: INRA, 1960a.

_____. Criminal incendio de la caña. **Revista INRA**, La Habana, n. 2, 1960b.

DUMONT, R. **Cuba: socialism and development**. 1. ed. New York: Grove, 1970.

FERNANDES, F. **Da guerrilha ao socialismo – A revolução cubana**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FURTADO, C. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1969.

GUEVARA, E. **Textos Econômicos para a transformação do socialismo**, 1. ed. São Paulo: Edições Populares, 1982.

_____. **El Gran Debate sobre la economía cubana 1963-1964**. 1. ed. New York: Ocean Press, 2006.

GUTELMAN, M. **A agricultura socializada em Cuba**. 2. ed. Lisboa: Prelo, 1975.

HUBERMAN, L.; SWEEZY, P. **Cuba: anatomia de uma revolução**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

JIMENEZ, G. **Las empresas en Cuba, 1958**. 1. ed. Miami, Ediciones Universal, 2000.

LÊNIN, V. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 1. ed. Brasília: Nova Palavra, 2007.

_____. The Tax in Kind. **Collected Works**. Moscow: Progress, 1965, V. 32. Disponível em <<http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1921/apr/21.htm>>. Acesso em 25 maio, 2014, 11:50:00.

MANITZAS, N. El marco de la revolución. In: _____.; BARKIN, D. (Org.), **Cuba: Camino Abierto**. 1. ed. México: Siglo XXI, 1978.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política**. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, Livro II, Vol.1.

_____. A Nacionalização da Terra. **Obras Escolhidas**. Lisboa/Moscú: Progresso/Editorial Avante!, 1982. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1872/06/15.htm>>. Acesso em 25 maio .2014, 12:00:00.

MEDINA, W. Adiós a la aparcería. **Revista INRA**, La Habana, n. 3, p. 82-83, 1960.

PADRINO, R. (org.). **Leyes Agrarias Revolucionarias Promulgadas en 1959**. 1. ed. La Habana: INRA, 1960

PERICÁS, L. B. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2004.

PINO-SANTO, O. **Cuba: Historia y Economía**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

RODRÍGUEZ, C. R. Cuatro años de reforma agraria. **Cuba Socialista**, n. 21, p. 1-30, Maio 1963a.

_____. El nuevo camino de la agricultura cubana. **Cuba Socialista**, n. 27, p. 71-78, Out. 1963b.

_____. La revolución cubana y el campesinado, **Cuba Socialista**, n. 53, p. 24-53, Jan. 1966.

VALDÉS PAZ, J. **Los Procesos de Organización Agraria en Cuba, 1959-2006**. 1. ed. La Habana: Fundación Antonio Nuñez Jimenez, 2009.

_____: depoimento [jul. 2012], Entrevistador: AUTOR. [Havana], informação verbal, gravação digital, 300 min.

Recebido para publicação em 25 de maio de 2014

Devolvido para revisão em 18 de janeiro de 2015

Aceito para publicação em 18 de janeiro de 2015